

A leitura se mantém como uma lei-dura no Brasil¹

Reading remains as a stern law in Brazil

La lectura permanece como ley dura en Brasil

Ezequiel Theodoro da Silva²

Apresentação

Ainda que tenhamos plena consciência de que uma tradição cultural não nasce, não se desenvolve e nem se enraíza em curto tempo na linha da história, é impressionante como a evolução das práticas de leitura no Brasil caminha a passo de tartaruga, quando não de marcha à ré. Hoje, 2023, terceiro milênio, em meio à era do conhecimento, da informação e da tecnologia, a nossa paisagem da leitura é drástica e vergonhosa, ainda reproduzindo o analfabetismo, cerrando crescentemente editoras e livrarias e bancas de jornais e revistas, empobrecendo o alcance da ação das bibliotecas, marginalizando crianças e jovens do acesso aos bens da escrita, diminuindo o tempo dos trabalhadores para interações habituais com livros, etc.³ Considerando as íntimas relações da leitura com o desenvolvimento social e cultural de um povo, não é de se estranhar que as questões relacionadas às práticas da leitura devam ser – também e além de outras - colocadas no bojo das injustiças, desigualdades sociais e das crises reiteradas/programadas no sentido de reproduzir a ignorância no seio da sociedade brasileira.

Esse triste quadro já estava posto no final da década de 1970, quando uma bandeira pela democratização da leitura no Brasil e pelo incentivo à leitura crítica foi hasteada na Faculdade de Educação da Unicamp e no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas, quando um grupo de professores⁴ organizou o 1º Congresso de Leitura do Brasil – 1º COLE (1978). Esse evento abriu um importante espaço para reflexões sobre diferentes aspectos da leitura, criando um forte lastro e deixando mais patente a consciência de uma necessidade concreta da sociedade brasileira, qual a de que era chegada a hora de discutir a fundo e mais amiúde a problemática da leitura no contexto brasileiro – o momento de abertura política, sinalizando o fim da ditadura militar, acendia o entusiasmo e fazia com que os professores e

¹ Texto elaborado a partir da participação na mesa redonda “Políticas da leitura no Brasil”, coordenada por Lilian Lopes Martin da Silva, tendo como participantes, além deste autor, José Castilho e Larissa de Souza de Oliveira. 23º Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 08/02/2023.

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

³ Elenco aqui alguns fatos sabidos do universo da leitura brasileira que são reiteradamente divulgados pelas mídias e que dispensam evidências para sustentar a sua objetividade.

⁴ Esse grupo era liderado por Ezequiel Theodoro da Silva, Hilário Fracalanza, Lilian Lopes Martin da Silva e a bibliotecária Vanda Lando de Carvalho.

outros profissionais envolvidos com as dinâmicas de letramento se juntassem e se envolvessem nas discussões e nos estudos sobre o fenômeno da leitura. Como relembra Antonio Lobo Antunes, escritor português, “A leitura é uma coisa apavorante para os ditadores. Um povo que lê nunca será um povo escravo”.

Não é uma ousadia nem uma heresia afirmar que o COLE foi a viga-mestra que pioneiramente tornou mais evidente a necessidade de reflexões específicas sobre a leitura no Brasil. Anteriormente a 1978 se falava em livro, em alfabetização, em escrita, porém a leitura e o leitor, enquanto entes para estudo, pairavam no ar sem que os estudiosos mirassem a profundidade do conceito e o seu pertencimento a um campo epistemológico exclusivo. Nestes termos, o COLE veio a abrir caminho e a incentivar a reflexão e a produção científica na área, além de servir de alavanca para a formação de grupos de pesquisa junto às universidades brasileiras, principalmente vinculados a cursos de pós-graduação. Ainda estamos por aquilatar todos os efeitos positivos que os COLEs e a Associação de Leitura do Brasil (ALB) geraram – e vêm gerando – no complexo e desafiador universo da leitura nacional, em que pese pouco ter recebido de verbas de apoio para o desenvolvimento dos seus projetos, programas e atividades. A história ainda revelará a força e o alcance dos esforços e trabalhos dessas duas instituições, ainda que outras instituições e/ou pessoas tentem apagar essa memória.

Clamores ou súplicas pela leitura

Mesmo que em passant, julgo importante mencionar algumas personalidades que alimentaram, através de suas obras e realizações, um sonho voltado a um Brasil de leitores. Nestes termos, através de uma retrospectiva ligeira e pontual, vou descrever dois momentos culminantes que vieram a ter grande projeção e repercussão no seio da sociedade brasileira. As bandeiras, consubstanciadas na forma de slogans, de tão fortes são lembradas até os dias de hoje.

Ao final do Segundo Império, no livro *Espumas flutuantes: poesias*, Castro Alves, ainda quartanista da Faculdade de Direito de São Paulo (1870), inseriu o poema “O livro e a América”, sem dúvida o primeiro grito voltado ao valor do livro para o engrandecimento de uma nação. Seguem dois trechos desse poema.

‘Filho do século das luzes!
Filhos da Grande nação!
Quando ante Deus vos mostrardes,
Tereis um livro na mão:

O livro- esse audaz guerreiro
 Que conquista o mundo inteiro
 Sem nunca ter Waterloo...
 Éolo de pensamentos,
 Que abrija a gruta dos ventos
 Donde a igualdade.....’ [...]
 ‘Por isso na impaciência
 Desta sede de saber,
 Como aves do deserto
 As almas buscam beber...
Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
 O livro caindo n’alma
 É germe – que faz a palma,
 É chuva – que faz o mar’ (grifos meus)

Esse poema sinaliza um desejo por uma América Latina forte e, portanto, de um Brasil culturalmente forte, tendo no livro – aqui tomado como guerreiro, conquistador pacífico, guardião de pensamentos, germe e chuva – o motor principal do movimento ou do processo. Esse poema pode ser considerado um clamor voltado à importância dos livros – livros à mão cheia – para a qualificação do pensamento e, nas entrelinhas, como um “guerreiro” orientado para a conquista da liberdade dos povos latino-americanos incluindo o povo brasileiro.

Dou um salto até 1918, quando Monteiro Lobato profere a famosa sentença **“Um país se faz com homens e livros”**, inaugurando a nossa independência editorial (antes disso, os nossos livros eram impressos em Portugal). Novamente o livro aparece vinculado à construção do país. E Lobato, através de obras impressas, denunciou os principais problemas nacionais, quais sejam: atraso econômico, trabalho do menor, parasitismo da burocracia, violência contra os negros, imigrantes e mulheres explorados, empáfia dos que mandam, crescimento desordenado das cidades e degradação progressiva da vida interiorana. Problemas que, mesmo passado mais um século, ainda se fazem ostensivamente presentes no contexto brasileiro.

E um terceiro salto na linha desta longa – mas rápida - retrospectiva nos coloca em 1970 quando surgiu e foi amplificada uma frase deveras interessante: **“Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas.”** Não se sabe ao certo se essa frase foi produzida pelo editor Caio Graco ou pelo poeta Mário Quintana (há controvérsias). Seja quem este ou aquele o autor, o fato é que a ideia contida nessa frase importa muito a esta discussão – para haver transformações da sociedade, somente o livro não basta; é preciso que existam leitores que leiam, que tenham acesso aos livros, que se abasteçam dos pensamentos extraídos dos livros. E para haver leitores, é preciso que existam professores, escolas e bibliotecas, e profissionais que ensinem e preparem os leitores para o usufruto das obras escritas existentes.

Fiz esta rapidíssima viagem para dentro da história da cultura brasileira para mostrar que o pêndulo das reflexões – e até das políticas – nacionais de leitura pendeu quase sempre para o “livro”, com investimentos descontinuadamente feitos na compra e na distribuição de livros para as escolas, bibliotecas e, em menor intensidade, para as famílias. O ponto que desejo aqui enfatizar é este: até 1978 pensava-se que a presença de livros seria condição suficiente para transformar a realidade da leitura na sociedade brasileira, quando, na verdade, não é. A formação/educação dos leitores também precisa ser conduzida, sob o risco de haver livros “sem leitores”, sem pessoas que tenham condições (alfabetização, letramento, domínio de competências, acesso etc.) para lê-los. O COLE, além de pôr a nu esse descuido ou esse descaso, iniciou uma luta centrada na “leitura”, certamente sem dispensar o livro e as demais mídias de suporte da escrita. O COLE queria, no fundo, colocar a leitura no seu devido lugar, elevá-la e enaltecê-la, criticando o reducionismo presente nas políticas de promoção do livro que dispensavam a devida consideração ao leitor e às condições de produção da leitura. E nesse aspecto o evento foi bem-sucedido na medida em que estimulou a criação de um campo epistemológico, digno de ser refletido e compreendido em si, resultando desse processo, de 1978 para cá, um significativo rol de investigações científicas a respeito dos diferentes aspectos da leitura e de iniciativas visando a formação de leitores.

Características básicas das políticas do livro e da leitura no Brasil

Não vou recuperar nem quantificar nem nomear todos os programas e ações que existiram na área do livro-leitura – vou apenas destacar duas características das políticas foram colocadas em prática, inclusive com investimentos públicos federais, e que ganharam destaque aos olhos do estudioso quando este tematiza fenômenos da área.

No meu modo de ver e entender, essas políticas foram *descontínuas* no tempo e *descontinuadas* principalmente, mas não exclusivamente, nas trocas de governo (municipal, estadual e federal). Por exemplo, neste exato momento (fevereiro de 2023), não existe nenhuma política de leitura posta em prática: estamos como que descabeçados nessa área, sem que se saiba o que está ocorrendo, com quais objetivos e os esquemas de financiamento. A velha mania de recomeçar do zero, desprezando todos os esforços anteriores, é uma atitude também presente na área da leitura – talvez não o seja para as áreas específica das editoras e das livrarias, talvez em função da força econômica e política dos segmentos editorial e livreiro.

Há quem afirme que a descontinuidade das políticas de leitura é um fator que contribui para as crises sequenciais de leitura que, vai tempo vem tempo, aparecem nas discussões da área; e há também quem afirme que a crise de leitura no Brasil não é realmente uma crise, mas sim um programa, ou seja, a própria “descontinuidade” representa o núcleo central de uma pretensa “política”. Dessa maneira e sendo assim, as iniciativas na esfera da promoção da leitura já nascem com o seu componente de aborto embutido – aborto que resulta não só das mudanças de governos, mas também do corte de verbas (em caso de qualquer dificuldade econômica, as áreas de educação e cultura são as primeiras a serem sacrificadas), troca de dirigentes, desvios de verba, ausência de infraestrutura para acomodar livros e outros materiais escritos, segmentação da cadeia do livro, discussões redundantes sobre inovações tecnológicas, preconceitos contra leitores ou livros⁵ e assim por diante. A leitura parece estar sempre pedindo socorro no Brasil – daí a lei-dura da leitura, que vem pesando e aumentando o seu escopo no país ao longo do tempo.

Tomando como base os últimos quarenta anos, acredito que a maior conquista no terreno da leitura no Brasil tenha sido a elaboração da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que ficou conhecida como “Lei Castilho”. No meu ponto de vista, tendo acompanhado de perto o processo de construção e propositura dessa lei, entendo que ela incorpora não somente a cadeia de produção, distribuição e consumo de livros, mas contempla objetivamente os processos de mediação e de usufruto da leitura. Além disso, no corpo da própria lei aparecem explicitados os múltiplos valores da leitura para a formação dos cidadãos e para a produção do conhecimento. Como sói acontecer no Brasil, a leitura existe na “letra de lei”, mas estamos aguardando a sua operacionalização na prática social concreta desde 2018, sem que nada tenha sido feito em seu favor desde então. Seria ela mesma uma “lei-dura”, enrijecida no papel, morta na praia, sem espraiamento na sociedade?

Uma política que já está desenhada e corporificada

No intuito de não alongar por demais esta reflexão, eu diria que, para transformar o vergonhoso panorama da leitura no Brasil, bastaria colocar em prática, colocar em movimento, de maneira equilibrada, coesa e com os devidos investimentos, a Lei Federal 13.696, de 18 de

⁵ No exato momento dos arremates deste trabalho, o Secretário Estadual de Educação de São Paulo disse “A aula é uma grande TV, que passa os slides em Power Point, alunos com papel e caneta, anotando e fazendo exercícios. O livro tradicional sai.” Uma estultice que revela o tipo de preconceito e desconhecimento que circula dentro do contexto educacional. *In*: Jornal O Estado de São Paulo, 02/agosto/2023, p. A15.

julho de 2018⁶. Para demonstrar o escopo e a força dessa lei para a promoção da leitura no Brasil, transcrevo abaixo, *ipsis litteris*, os seus objetivos.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II - fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III - valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV - desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI - fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII - promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX - incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X - incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

No meu ponto de vista, o maior quinhão daquilo que queremos para a democratização da leitura e a formação de leitores no Brasil está corporificado nessa lei – basta fazê-la sair do papel e ser operacionalizada na prática. Já possuímos um repositório de conhecimentos científicos e de profissionais capacitados que, cheios de esperança, podem entrar na terra

⁶ Lei 13.696, 12/07/2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm. Acesso em: 09/08/2023.

devastada pelo bolsonarismo a fim de plantar boas sementes e assim conseguir um cenário mais promissor e consequente para a educação dos leitores brasileiros.

À guisa de conclusão

Gostaria de encerrar este texto reafirmando o poder do livro e outras mídias escritas para a educação dos cidadãos, produção de conhecimentos, usufruto do lazer, para incentivo à criatividade e inovação e, mais uma vez, repetindo, para alimentar a nossa esperança em direção a um Brasil diferente, um Brasil com democracia e justiça social.

Confesso de público – e talvez isto não seja novidade para os que me conhecem – que a grande maioria dos meus trabalhos e intervenções teve sempre como fundamento básico a crença no poder de transformação dos homens pela leitura. E como o meu campo de batalhas é a educação e o ensino, creio que os esforços na direção de interface -sadia e consequente - da Lei Castilho com a Educação (via Plano Nacional da Educação) deva refletir com a devida seriedade e profundidade os seguintes temas:

1. O papel da leitura nas escolas de tempo integral.
2. As práticas de letramento numa escola que efetivamente alfabetize em dois anos.
3. A formação de professores não só para que sejam leitores de fato, mas também a adoção de estratégias para a promoção da leitura crítica e criativa. Para tal, é claro que a transformação do magistério numa carreira atraente é uma necessidade primordial.
4. As práticas imersivas da leitura durante a primeira infância.
5. As funções da leitura na educação profissional voltada às vocações da juventude no ensino médio.
6. A infraestrutura das escolas e das bibliotecas públicas, voltada ao acesso democrático aos bens contidos no universo digital.

Sobre o autor

Ezequiel Theodoro da Silva: Departamento de Conhecimento, Linguagem e Arte em Educação - Faculdade de Educação - UNICAMP.

E-mail: silvasilva1948@gmail.com

Recebido em: 09 ago. 2023

Aprovado em: 02 fev. 2024